

VIII- LIGANDO OS ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA

Os objectivos permanentes da política dos Estados Unidos.

Vivemos num mundo em que os países estão cada vez mais ligados pelas suas economias, culturas e políticas - algumas vezes explosivamente ligados como nas repetidas vastas migrações desde a Segunda Guerra Mundial de refugiados escapando perseguição política, religiosa e racial. É um mundo em que o poderio militar assim como o económico estará cada vez mais amplamente distribuído e em que os Estados Unidos têm de continuar a esperar que alguns países sejam profundamente hostis aos seus propósitos.

Os Estados Unidos não procuram expandir o seu território à custa da União Soviética ou de qualquer outro país. Nem qualquer dos nossos aliados apresentam um perigo de uma invasão da União Soviética ou dos territórios que ela domina. Os soviéticos, não obstante, insistem que nós, os nossos aliados e outros países, tanto os fracos como os poderosos, ameaçamos atacar. Estas desconfianças ou reivindicações dos Soviéticos têm sido inerentes no seu sistema de poder: eles precisam de criar um mundo hostil para estabelecer a legitimidade do seu regime. Nós acolheríamos bem, desnecessário será dizer, uma mudança básica na sua posição antagónica.

Contudo, mesmo se perestroika e glasnost assinalam uma intenção de fazer aquela mudança, ela não será fácil de conseguir. A desconfiança e a hostilidade de Moscovo estão enraizadas em 70 anos de história soviética e 400 anos de história czarista. Afrouxar a sua pressão sobre os países que eles dominam nas suas fronteiras pode ameaçar o seu controle de nacionalidades dissidentes dentro das suas fronteiras. Não nos devemos iludir-nos a nós próprios. As democracias ocidentais não podem fazer muito para avançar o processo simplesmente persuadindo os soviéticos que não tencionamos atacá-los, ou tentando deixar cair qualquer capacidade ofensiva - e assim para contra-ataque. Tais esforços reflectiriam simplesmente incompreensões do papel interno exercido pelas ameaças externas ao domínio soviético; e poderia encorajar a agressão. Os soviéticos sentem-se ameaçados pela autonomia dos países livres nas suas fronteiras.

Os Estados Unidos têm interesses críticos na permanente autonomia de alguns aliados muito longe de nós - na Europa e no mediterrâneo, no Médio Oriente e no Sudoeste Asiático, na Asia Oriental e no Pacífico e no Hemisfério Ocidental. Utilizamos bases, portos e espaço aéreo para ajudar esses aliados a defenderem-se a si próprios e uns aos outros. Em alguns casos, quando o perigo para eles de um adversário próximo é especialmente grande, tem sido um elemento permanente da estratégia dos USA lançar as nossas forças para a frente. Fazemos isso contudo, a convite de aliados que são soberanos e independentes e nas condições que eles indicam. Eles podem sempre pedir-nos para partir. Em alguns casos eles têm-no feito; e, ao contrário dos soviético, temos sempre consentido.

O facto de liderarmos aliados soberanos que podem diferir de nós nos seus interesses em várias circunstâncias e lugares tem implicações directas para a defesa; significa que, mesmo onde haja sinais acumulados mas ambíguas de ameaça aos nossos interesses comuns, obter uma resposta aliada coesa e levá-la a funcionar em tempo de bloquear o perigo pode ser difícil. Um ditador, ou uma coligação involuntária dominada por uma ditadura, tem menos problemas para preparar para lançar operações militares. E os soviéticos não são, nem serão, o único perigo para os nossos interesses.

No ambiente em mudança dos próximos 20 anos, os Estados Unidos e os seus aliados, formais e informais, terão necessidade de melhorar a sua capacidade de levar a força a funcionar efectivamente com discriminação e em tempo de impedir qualquer de uma ampla variedade de agressões plausíveis contra os seus importantes interesses comuns - e desse modo dissuadir tais agressões.

Precisamos de trazer uma visão mais profunda das decisões necessárias do dia-a-dia sobre a segurança nacional. As duas próximas décadas exibirão provavelmente profundas descontinuidades assim como mudanças graduais com efeitos que são cumulativamente revolucionários: novas grandes potências militares, nova tecnologia, novas fontes de conflito e oportunidades de cooperação. Para fazer face a essas mudanças, teremos necessidade de forças adaptáveis e versáteis.

Uma estratégia integrada

Porque os nossos problemas no mundo real estão ligados e

porque orçamentos implicam alternativas, temos de ajustar estratégias para uma ampla variedade de conflitos: dos mais confinados, mais baixa intensidade e mais alta probabilidade aos mais alastrados, apocalípticos e menos prováveis. Queremos que os piores conflitos sejam menos prováveis. Para uma verdadeira estabilidade, precisamos assegurar aos nossos adversários que agressão militar a qualquer nível de violência contra os nossos interesses fundamentais será confrontada com força militar.

Guerras mais violentas nascem doutras menos violentas e agressão confinada localmente (e.g. uma invasão soviética do Golfo Pérsico) poderia mudar completamente a correlação de forças. E não se pode separar completamente conflitos "internos" e "externos".

A sombra de intervenção soviética poderia influenciar o resultado de uma crise interna de sucessão no Irão, por exemplo. (No passado os soviéticos utilizaram um fantoche "AZERBAIJAN LIVRE" para disfarçar a sua preparação para intervenção no Irão e Turquia Oriental, que eles pareceram ver como estrategicamente ligados). Mesmo terrorismo pode ter um grande efeito na nossa aptidão de enfrentar perigos maiores ao destabilizar aliados vulneráveis, dividindo os aliados, um dos outros e dividindo a opinião pública no país.

Declarações políticas sobre dissuasão e sobre combate à agressão devem harmonizar-se. Não podemos dissuadir um atacante se ele acredita que não queremos e que não somos capazes de combater. A nossa vontade é posta em causa por frequentes declarações sobre "mutua dissuasão" que dão a entender que queremos que os soviéticos sejam capazes de dissuadir os Estados Unidos a não ser que os Estados Unidos tenham sido atacados. Estas declarações minam a promessa essencial de que usaremos armas convencionais, e se elas falharem, armas nucleares em resposta a um ataque soviético dirigido sómente contra um aliado. Do mesmo modo, a liderança soviética poderia ser induzida em erro por declarações, ouvidas na Europa, que mesmo ganhar uma guerra convencional seria "inaceitável". Se tais declarações significam que combater com armas nucleares causaria menos danos a civis do que armas convencionais lançados com precisão, ou que essas armas convencionais causariam "mais danos a civis do que a Segunda Guerra Mundial", elas estão completamente erradas. Se elas significam que o Ocidente não estaria disposta a utilizar seja armas não-nucleares seja nuclea

res então elas sugerem que não responderíamos ao fim e ao cabo e assim corroem a nossa capacidade de dissuadir um ataque. A questão é acerca de como efectivamente dissuadir um ataque não-nuclear ou um ataque nuclear. Nós e os nossos aliados preferiríamos dissuadir do que derrotar uma agressão, mas um "bluff" é menos eficaz e mais perigoso numa crise do que a capacidade e a vontade de usar armas convencionais e, se necessário, nucleares com pelo menos uma diferenciação mesmo tosca que salvaguarda os valores que estamos a defender.

Ofensiva e defensiva (tanto activa como passiva) complementam-se a qualquer nível de conflito. Assim como a nossa capacidade de ofensiva pode desencorajar um adversário a concentrar-se para penetrar defesas, assim as defesas activa e passiva (como dissimulação e mobilidade) reforçam-se mutuamente.

Decisões sobre sistemas militares estão interligadas e não se deve lidar com elas de forma fragmentária. As ligações têm de ser reflectidas nas negociações de armamentos, no planeamento das forças e na definição das "exigências" militares durante o processo de aquisição.

A necessidade de considerar um leque mais alargado de contingências mais plausíveis e importantes.

Política de alianças e modernização de armamentos, como já referido, têm centrado grandemente nas duas extremas contingências de um ataque convencional massivo do Pacto de Varsóvia e um ataque nuclear soviético sem constrangimentos, visando amplos objectivos militares, provocando danos mortais. A primeira contingência distrai a atenção dos aliados das obrigações subjacentes à premissa básica da aliança - que um ataque contra um aliado provavelmente vulnerável é um ataque contra todos - e ignora o interesse dos soviéticos em induzir os outros aliados a optarem para ficar de fora. A segunda contingência assume que os soviéticos teriam pouca preocupação acerca de provocar a sua própria autodestruição, uma vez que isto nos deixaria sem incentivos para exercer diferenciação e constrangimento.

Contudo, os estrategas soviéticos têm mostrado uma consciência de que se o Politburo utilizar força militar tem um forte incentivo para o fazer de forma selectiva e de manter a força sob controlo político. Eles não querem que o seu ataque nuclear intrometa

com as suas forças invasoras ou destrua o que está sendo conquistado. E acima de tudo eles não querem assiscar a destruição da União Soviética. Eles reconhecem como revolucionário para a natureza da guerra a actual revolução na microelectrónica que torna possível o uso estratégico de armas não-nucleares. Os seus 40 anos de investimento para proteger o sistema nacional de comando, assim como a sua cuidadosa atenção ao uso em tempo de guerra do espaço e outros meios de comando e controle mostram que eles estão sérios quanto a orientar a força para fins políticos e conservá-la sob controle. Se tomarmos as contingências extremas como a principal base para a planificação, avançamos menos rapidamente para uma capacidade mais versátil, diferenciada e controlada.

Será sempre possível deslizar-se descuidadamente em direcção de um apocalipse, de maneira que temos sempre necessidade de dissuadir as contingências extremas. Mas não será preciso muita força nuclear para destruir uma sociedade civil. Precisamos dedicar o nosso principal esforço a um amplo leque de contingências mais plausíveis e importantes.

Mudanças no ambiente de segurança

O nosso principal desafio desde a Segunda Guerra Mundial tem sido encontrar as vias, em alianças formais e informais com outros Estados soberanos, para derrotar e por conseguinte dissuadir a agressão contra os nossos principais interesses em pontos muito mais próximos dos nossos adversários do que de nós. "Equilíbrios militares" i.e. igualar o número de tanques, metralhadoras, armas anti-tanques etc. da NATO com o Pacto de Varsóvia (mesmo ajustado para diferenças qualitativas em tecnologia) não constitui um problema. A questão não é simplesmente uma de distância, mas de acesso político oportuno a caminho de e nas áreas ameaçadas e de obter reacções coerentes e preparatórias de aliados soberanos em resposta/sinais ambíguos de perigo em preparação.

A Aliança Atlântica tem um problema de coesão. Ao lidar com países como Nicarágua ou Líbia, não é talvez de surpreender que os aliados diferem em como conceber os seus interesses. Mas mesmo nos flancos da NATO e no Golfo Pérsico, onde os interesses dos nossos aliados europeus em bloquear um controle soviético são mais directos e

massivos que os nossos, o problema tem estado a piorar. Em recentes negociações de bases, Espanha e Portugal mostraram pouca preocupação pelo seu papel em reforçar Turquia ou as forças aliadas no Golfo. E alguns países da NATO no flanco setentrional, com pequenas forças militares próprias, têm oposto a medidas que ajudariam o reforço oportuno para eles próprios; eles justificam esta posição na base artificial de que os soviéticos precisam de reafirmação de que não serão as vítimas de um ataque não provocado. O número crescente de defensores europeus de "Defesa não-ofensiva" levaria a reafirmação mais longe renunciando todas as armas "ofensivas". Isto não evitaria um ataque inimigo, mas evitaria um contra-ataque.

Enquanto o nosso acesso tempestivo tem deteriorado grandemente desde os anos 50, os soviéticos têm usado as suas linhas internas de comunicação para melhorar significativamente a sua capacidade de levar as forças convencionais a chegar rapidamente a pontos de sua periferia e têm melhorado sistematicamente o seu acesso ao espaço aéreo e bases próximas da sua periferia. Como resultado, em algumas frentes como o Golfo Pérsico, a sua capacidade de levar as forças a intervir tem melhorado dramaticamente enquanto a nossa tem declinado em termos absolutos. Nos próximos vinte anos e em outras zonas de conflito, cada vez mais potências menores bem equipadas, assim como novas grandes potenciais militares provavelmente dar-nos-ão ainda razões mais fortes para desenvolver uma força mais versátil e diferenciada.

Temos desenvolvido uma variedade de armas de precisão, tanto de longo como curto alcance, e temos dado passos importantes para melhorar a robustez e a eficácia do nosso comando, controle, comunicações e informação assim como a formação das nossas forças. Avanços cumulativos em micro-electrónica teve já um impacto revolucionário na possibilidade de aumentar a eficácia de ataques em objectivos militares enquanto os efeitos são confinados grandemente a esses objectivos. Os avanços têm melhorado enormemente as possibilidades de gestão de guerra em grande escala e a manutenção de controle político. Dentro de uma ou duas décadas, eles farão assim ainda mais. Mais importante, estas mudanças cumulativas têm feito, uma ou algumas armas não-nucleares eficazes para muitas missões que anteriormente exigiam milhares de armas não-nucleares ou nucleares.